



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682360 - AC (2021/0231897-5)

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO  
**ADVOGADO** : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO - RJ071111  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
**PACIENTE** : ILDERLEI SOUZA RODRIGUES CORDEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ILDERLEI SOUZA RODRIGUES CORDEIRO em que se aponta como autoridade coatora Desembargadora do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (Pedido de Busca e Apreensão n. 1032549-80.2020.4.01.0000).

O paciente figura como investigado em inquérito decorrente da Operação Acúleo, instaurado para apurar possíveis desvios de recursos públicos no Município de Cruzeiro do Sul/AC, tendo-lhe sido impostas medidas cautelares diversas da prisão.

O impetrante sustenta que os motivos para a decretação das cautelares alternativas não mais subsistiriam, uma vez que não foi reeleito para o cargo de prefeito do Município de Cruzeiro do Sul/AC.

Afirma que não haveria nos autos elementos concretos passíveis de demonstrar que a plena liberdade do investigado oferecerá riscos às investigações.

Destaca que o paciente não teria descumprido as medidas que lhe foram impostas, tampouco interferido nas investigações.

Argumenta que meras suposições acerca de eventual comportamento do acusado, em caso de revogação das medidas cautelares, não justificaria a sua manutenção, que deve estar firmada em dados atuais e concretos, de maneira fundamentada, em observância ao art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Alega que o inquérito policial tramita há mais de 1 ano sem que tenha sido oferecida denúncia, o que revelaria o excesso de prazo das medidas restritivas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação das cautelares impostas ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargadora. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de esgotamento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ademais, da leitura das decisões impugnadas, verifica-se que as alegações de desnecessidade das cautelares ante o fato de o paciente não haver sido reeleito para o cargo de prefeito e do excesso de prazo das medidas alternativas não foram apreciadas pela Corte de origem. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode delas conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente

sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. [...] ILEGALIDADE NO FLAGRANTE. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS. PRISÃO DOMICILIAR. MATÉRIAS NÃO ANALISADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. [...] AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

3. Inadmissível a análise das apontadas ilegalidades decorrentes do flagrante delito, em razão da invasão de domicílio sem mandado de prisão, bem como da prisão preventiva ter sido decretada de ofício pelo Magistrado de primeiro grau, bem como o pleito de aplicação de medidas cautelares diversas ou, ainda, prisão domiciliar, nos moldes da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, tendo em vista que não foram analisadas pelo Tribunal a quo no julgamento do habeas corpus, não podendo este Tribunal Superior de Justiça enfrentar o tema, sob pena de incidir em indevida supressão de instância.

[...]

7. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 627.196/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 27/04/2021, DJe 30/04/2021)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência